

História do Pensamento Econômico no Brasil? Reflexões metodológicas e historiográficas

Daniel do Val Cosentino

Professor do ICISA da Universidade Federal de Alfenas e Doutorando em História Econômica pela USP.

Resumo

Este trabalho propõe uma discussão metodológica a respeito da História do Pensamento Econômico brasileiro. Inicialmente argumentamos que todo trabalho de História do Pensamento Econômico parte de uma escolha. Ou seja, depende, essencialmente, de uma seleção de que autores ou pensadores serão abordados. Trata-se, antes de tudo, de uma opção metodológica, que reflete posições ideológicas. Portanto, há um sentido em estudar um determinado grupo de pensadores em detrimento de outros. Assim, acreditamos que todas as idéias relacionadas à economia ou todos os autores e pensadores que produziram idéias relacionadas à economia podem fazer parte de uma História do Pensamento Econômico desde que tenhamos claro como se determina a escolha dos autores e que esta escolha tem uma finalidade e, portanto, não é neutra. Dessa forma, podemos considerar o pensamento econômico de uma forma ampla, sem se esquecer da relação das idéias com a realidade e o contexto em que foram produzidas. Toda idéia sobre economia pode fazer parte de um pensamento econômico. Estudá-la ou não dependerá dos critérios de escolha que nos fizeram selecionar tal idéia ou pensador e dos objetivos do trabalho. Portanto, pensar a História do Pensamento Econômico Brasileiro é, antes de tudo, pensar as idéias que aqui foram produzidas a partir de reflexões sobre a economia e a realidade brasileira. Portanto, a nosso ver, a discussão sobre a História do Pensamento Econômico Brasileiro também é essencialmente metodológica.

Palavras chave: História do Pensamento Econômico, História do Pensamento Econômico Brasileiro, metodologia

Abstract

This paper proposes a methodological discussion about the History of Economic Thought in Brazil. All works on History of Economic Thought involves a selection of authors that will be

addressed. It is a methodological approach, which reflects theoretical positions. So there is a sense in studying a particular group of thinkers and not others. Thus, we believe that all ideas related to the economy or all authors and thinkers who produce ideas related to economics may be part of a History of Economic Thought. It is important consider a clear method to determine the choice of authors and that is not a impartial choice. Any idea about economics may be part of an Economic Thought. Study it or not will depend on the selection criteria that made us select this idea and the objectives of the paper. So, the Brazilian History of Economic Thought has to consider the ideas that have been produced from reflections about the national economy and reality.

História do Pensamento Econômico no Brasil? Reflexões metodológicas e historiográficas

Daniel do Val Cosentino¹

Uma das grandes dificuldades do historiador é delimitar seu objeto de estudo, bem como estabelecer uma periodização para sua análise. Diante desta dificuldade, o pesquisador faz escolhas, que, quase sempre, evidenciam opções teóricas e determinam os rumos do seu trabalho. O desafio se coloca quando nos propomos a abordar a História do Pensamento Econômico no Brasil. Trata-se, antes de tudo, de uma discussão metodológica.

Uma reflexão sobre a história da história do pensamento econômico faz-se essencial. Um grande número de trabalhos procurou organizar e sistematizar o pensamento econômico e deles derivam diversas formas e métodos de análise. Não é nosso intuito explorar profundamente a questão. Contudo, algumas observações são necessárias.

Todo trabalho de História do Pensamento Econômico parte de uma escolha. Ou seja, depende, essencialmente, de uma seleção de que autores ou pensadores serão abordados. Trata-se, antes de tudo, de uma opção metodológica, que reflete posições ideológicas. Portanto, há um sentido em estudar um determinado grupo de pensadores em detrimento de outros.

Isso pode, aparentemente, fazer pouco sentido. Afinal, é mais ou menos consensual o conteúdo de obras e disciplinas de História do Pensamento Econômico. Geralmente, relacionamos a questão a evolução das idéias econômicas desde os seus primórdios, com Adam Smith até as evoluções neo-clássicas e keynesianas do século XX, passando pela crítica marxista da economia política clássica. Contudo, até mesmo esse consenso reflete uma opção. Ou, dito de outra forma, reflete como tendemos a associar História do Pensamento Econômico à evolução do capitalismo.

Mas isso não encerra a questão. Por trás das opções metodológicas, além de um consenso, existem posições teóricas divergentes, visões de mundo que se contrapõe. Portanto, a História do Pensamento Econômico não é neutra e a maneira como a enxergamos diz muito

¹ Professor do ICSA da Universidade Federal de Alfenas e Doutorando em História Econômica pela USP.

da nossa realidade e da forma como refletimos sobre a Economia e o mundo que nos cerca. Vejamos o caso de algumas obras clássicas.

O importante trabalho de Joseph Schumpeter², *História da análise econômica*, levanta alguns pontos importantes. Logo no início do livro, discutindo a questão do método, o autor, ao buscar justificar o estudo de história, argumenta que “a matéria econômica é um processo histórico único, de modo que, a largo alcance, a economia de diferentes épocas trata de diferentes conjuntos de fatos e problemas”. Portanto, a história das doutrinas econômicas seria de grande interesse. Entretanto, para ele, “a economia científica não carece de continuidade histórica” e seu objetivo principal com a obra seria descrever “o processo pelo qual o esforço dos homens para compreender o fenômeno econômico produz, aperfeiçoa e destrói as estruturas analíticas numa sucessão interminável” (Schumpeter, 1964:26). Esta seria a sua tese ao longo do livro, mostrar que a economia não difere de outros campos do conhecimento. Ou seja, a teoria econômica (que importa) seria uma sucessão de análises, específicas de seu tempo, carregadas de verdades científicas, que ao longo do tempo se aperfeiçoam em busca da verdade absoluta.

Schumpeter descreve também, já no segundo capítulo, o que seriam as técnicas da análise econômica. Nesta parte, começa a diferenciar a análise econômica dos sistemas de economia política, bem como do pensamento econômico. É no quarto capítulo, que o autor irá esclarecer essencialmente o objetivo e a metodologia de seu trabalho. Para Schumpeter, a Análise Econômica é a economia em si, que junta história, sociologia, teoria e estatística para explicar a realidade, portanto, economia aplicada. Já os Sistemas de Economia Política estariam ligados a questões ideológicas e políticas, enquanto o Pensamento Econômico estaria ligado à prática, ou por assim dizer, à idéia de política econômica. Assim, a História da Análise Econômica seria diferente da História dos Sistemas de Economia Política e da História do Pensamento Econômico.

Logo, para ele, Pensamento Econômico estaria ligado “a exposição de um amplo conjunto de políticas econômicas que seu autor sustenta tendo por fundamento determinados princípios unificadores (normativos), como princípios do liberalismo econômico, do socialismo, etc.” ou “a soma total de todas as opiniões e desejos referentes a assuntos econômicos, especialmente relativos à política governamental que, em determinado tempo e

² Joseph Schumpeter, “*História da Análise Econômica*”, 1º Volume, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

lugar, pertencem ao espírito público. Daí surge a diferença essencial, porque a Análise Econômica não estaria interessada no que determinado autor “defendeu, mas, sim, em como defendeu e quais instrumentos de análise usados para isto.” (SCHUMPETER, 1964, p.65)

Não se quer aqui fazer uma análise extensa do grandioso trabalho de Schumpeter. No que tange aos aspectos metodológicos cabe ressaltar que ao tentar diferenciar a História da Análise Econômica, ou da Economia, da História do Pensamento Econômico, o autor não consegue perceber que não se pode separar uma da outra. Esta separação carrega consigo uma concepção, a nosso ver, equivocada da história, como a história “do que se impôs”. Ou seja, a concepção de Schumpeter ignora o fato de que o pensamento econômico é resultado de determinada realidade histórica, assim como a própria economia, e que não faria sentido separá-las, pois não há só uma economia, como também não há só um pensamento econômico. A visão de Schumpeter é anacrônica, pois não consegue perceber e entender que a economia ou a teoria econômica não fazem, nem podem fazer sentido se não considerarmos a realidade e o sentido histórico na qual esta inserida. Ou seja, não se pode pensar o passado a partir de elementos que só fazem sentido no presente. Logo, fazer uma *História da Análise Econômica* tendo como referência o método do equilíbrio geral walrasiano e como os instrumentos e métodos do passado se aproximavam de tal método ou contribuíram para ele, incorresse no grave equívoco do anacronismo.

Assim, o trabalho de Schumpeter reflete uma visão de mundo e uma opção teórica. Uma visão de mundo que crê na necessidade da exatização das ciências sociais, na concepção falsificacionista e positivista da filosofia da ciência e na crença da existência de uma verdade econômica única e universal. É uma opção teórica que apontaria a teoria econômica neoclássica e seus princípios fundamentais do equilíbrio geral como o fim da história. Nos termos de Persio Arida³, seria uma forma de encarar a economia como uma “hard science”, quase uma ciência exata, desvalorizando, assim, o conhecimento da história do pensamento.

³ ARIDA, Pécio. A história do pensamento econômico como teoria e retórica, In: RÊGO, J.M. e GALA, P. (orgs.). *A História do Pensamento Econômico como teoria e retórica: ensaios sobre metodologia em Economia*. São Paulo: Ed. 34, 2003. Também sobre o assunto, ver BIANCHI, Ana Maria. *A pré-história da economia*. São Paulo: Hucitec, 1988. (capítulo 1)

Outros trabalhos sobre a História do Pensamento Econômico nos permitem discutir questões metodológicas. Vejamos, por exemplo, o respeitado Mark Blaug⁴. O autor assume uma perspectiva falsificacionista, popperiana, ao apresentar História do Pensamento Econômico a partir de uma visão voltada para a questão do avanço, aperfeiçoamento das idéias. Assim a teoria econômica e o pensamento econômico seriam encarados a partir da constante evolução e aperfeiçoamento dos instrumentos analíticos.

“No idea or theory in economics, physics, chemistry, biology, philosophy and even mathematics is ever thoroughly understood except as the end-product of a slice of history, the result of some previous intellectual development. (...) Economic knowledge is path-dependent. What we now know about the economic system is not something we have just discovered, but it is the sum of all discoveries, insights and false starts in the past.” (BLAUG, 2001, p.156)

Assim, para Blaug, a História do Pensamento Econômico deveria partir de uma reconstrução do passado de modo racional, pois só assim se poderia chegar à verdade do que determinados autores pensavam. Aparentemente o autor procura fugir do anacronismo, contudo, o que o guia é uma preocupação do presente. Portanto, sua análise tem um propósito teórico, qual seja, o avanço, o progresso na teoria econômica.

“I have come to the conclusion that the only approach to the history of economic thought that respects the unique nature of the subject material, rather than just turning it into grist for the use of modern analytical techniques, is to labor at historical reconstructions, however difficult they are. Rational reconstruction makes past thinkers appear to be a bit more like us than they were; historical reconstructions make them out to be a little less like us than they were. (...) There is progress in history of economic thought just as there is in economics as a whole: to read even such great scholars of yesterday as Jacob Hollander and Jacob Viner on Adam Smith is to realize how far we have come in Smithian studies in recent decades. (...) historical reconstructions, which involve accounting for the ideas of past thinkers in terms that these thinkers and their contemporary followers would have accepted as a correct description of what they intended to say, are very difficult to carry out. They require careful reading not only of the texts of the economists that one is studying, but also of the previous generation of thinkers in order to understand the context in which the economists in question were writing. Historical reconstructions require us to travel backwards in time, to drive the intellectual vehicle of economics by looking in the rearview mirror.” (BLAUG, 2001, p.150-151)

Alguns autores procuraram caminhos diferentes de Schumpeter e Blaug. Maurice Dobb, por exemplo, no clássico “Teorias do Valor e Distribuição desde Adam Smith”, procura se contrapor a Schumpeter. A partir de uma perspectiva marxista, Dobb argumenta que o pensamento econômico é sempre uma resposta aos problemas da sociedade. Portanto, a teoria econômica responde a um contexto social e histórico, procura justificá-lo, ou mesmo,

⁴ Ver, Blaug, Mark. "On the Historiography of Economics", *Journal of the History of Economic Thought*, 12, 1990; Blaug, Mark. "No History of Ideas, Please, We're Economists", *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 15, No. 1, 2001; BLAUG, Mark. "Economic theory in retrospect", 3. ed. Cambridge; London: Cambridge University, 1983.

questioná-lo. Assim, há sempre alguma coisa por trás do pensamento econômico, que dá a ele sentido. Nas palavras de Dobb, “Independentemente do que se possa esperar a priori, a história da economia política, já a partir de sua origem, revela com abundante clareza quão próxima (e até mesmo de forma deliberada) a formação da teoria econômica esteve ligada à formação e defesa de políticas econômicas”.

Assim, para Dobb, nem a Economia nem a História do Pensamento Econômico são neutras. Ou seja, toda opção metodológica ou teórica, reflete também um posicionamento político, uma visão de mundo. Não há como entender a economia e o pensamento econômico sem entender a história. Uma faz parte da outra. Trata-se, portanto de entender as idéias econômicas diretamente ligadas e relacionadas ao seu contexto histórico.

Outro importante livro de História do Pensamento Econômico é o de E.K. Hunt. Também a partir de uma perspectiva marxista, Hunt, argumenta que a teoria econômica e a história econômica estão intimamente ligadas. A teoria e as idéias econômicas são um produto da realidade econômica e social. História e teoria estão interligadas, uma interfere na outra. Portanto, é preciso e só faz sentido pensar as duas conjuntamente.

Evidentemente, não se quer aqui discutir profundamente as questões metodológicas dos livros de História do Pensamento Econômico, muito menos fazer uma longa análise sobre a Historiografia do Pensamento Econômico. Interessa para nós, perceber, a partir dos aspectos discutidos acima que qualquer análise sobre o pensamento econômico brasileiro parte de uma periodização e definição de objeto (isto é, autores, escolas, grupos, pensadores, etc), que irão refletir uma opção metodológica e uma escolha teórica.

Assim, acreditamos que todas as idéias relacionadas à economia ou todos os autores e pensadores que produziram idéias relacionadas a economia podem fazer parte de uma História do Pensamento Econômico desde que tenhamos claro como se determina a escolha dos autores e que esta escolha tem uma finalidade e, portanto, não é neutra. Dessa forma, podemos considerar o pensamento econômico de uma forma ampla, sem se esquecer da relação das idéias com a realidade e o contexto em que foram produzidas.

Toda idéia sobre economia pode fazer parte de um pensamento econômico. Estudá-la ou não dependerá dos critérios de escolha que nos fizeram selecionar tal idéia ou pensador e dos objetivos do trabalho. Assim, certas escolhas ou “pensamentos” podem parecer relevantes ou

não, e isso dependerá basicamente da forma como justificamos tal opção e como apontamos a sua relação e importância a partir dos objetivos do trabalho e do contexto em que tais reflexões foram produzidas e em que contexto estão sendo abordadas.

Portanto, pensar a História do Pensamento Econômico Brasileiro é, antes de tudo, pensar as idéias que aqui foram produzidas a partir de reflexões sobre a economia e a realidade brasileira (História do Pensamento Econômico Brasileiro x Histórias do Pensamento Econômico Brasileiro). Deste modo, são possíveis diversos critérios de seleção e determinação de pensadores e idéias a serem consideradas. De um lado, podemos entender que o pensamento econômico brasileiro foi, desde o seu início, menos acadêmico e mais prático e assim analisar a influência de algumas personalidades que pensaram a economia brasileira sobre a política econômica concreta. Por outro lado, pode-se refletir como a teoria econômica se difundiu pelo país e influenciou a política econômica e o ensino de economia. Da mesma forma, pode-se buscar idéias e teorias originais surgidas a partir do Brasil. Enfim, existem diversas formas de estudar o Pensamento Econômico Brasileiro ao longo da história e este já foi tema de diversos estudos e trabalhos. Se por um lado, podemos considerar que há certa escassez de pesquisas nesse campo, por outro, um exame detalhado na literatura econômica e histórica nos faz descobrir vários trabalhos interessantes sobre o assunto.

Um trabalho pioneiro é o de Humberto Bastos, “O Pensamento Industrial no Brasil”⁵, de 1952. O livro pretende dar um perfil ou fazer uma introdução à história do capitalismo industrial brasileiro, “e sua luta para sobreviver aos embates com o capitalismo comercial nascente, aliado às vivências do patriciado rural e aos interesses especificamente alienígenas” (Bastos, 1952:8). Articulando as idéias nacionalistas e protecionistas à história do desenvolvimento industrial brasileiro, o autor discute idéias de figuras fundamentais do pensamento econômico nacional.

O autor inicia o livro com uma introdução onde são apresentadas idéias de Ruy Barbosa. A idéia era desconstruir certa imagem negativa que se formou dele na história nacional, apresentando-o como um sonhador de “esforços heróicos” pelo desenvolvimento industrial brasileiro.

⁵ Bastos, Humberto. “O Pensamento Industrial no Brasil”, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952.

No capítulo seguinte, discute basicamente as idéias industriais durante o século XIX, durante o período imperial. O autor procura mostrar como o livre-cambismo não favorecia aos países dependentes como o Brasil, sendo favorável às nações industriais como a Inglaterra. Além disso, mostra que os países que se desenvolveram praticavam o protecionismo. Assim, Bastos argumenta que desenvolvidos defendiam práticas e idéias econômicas que somente favoreciam a eles em detrimento do progresso das nações atrasadas. A partir destas questões, procura articular idéias e pensamentos de personagens e figuras brasileiras importantes durante o século XIX a episódios e exemplos da história nacional. Desta forma, argumenta que apesar de, em muitos momentos, vários políticos, empresários ou intelectuais terem defendido idéias industrialistas, progressistas, que visavam a o desenvolvimento nacional, o que se nota são ações neutralizadas pelo interesse monárquico, ligados a uma elite agrária e rural, voltado para a produção agrícola direcionada ao comércio internacional. Assim, conclui que,

“As ligações da monarquia com elites do capitalismo comercial, despreocupando-se propriamente da atividade industrial, e mesmo prejudicando-a com um certo estatismo, excetuando-se a indústria do açúcar, foi tão irritante que nos programas de agremiações políticas a partir dos três últimos decênios do século XIX encontra-se a exaltação da liberdade para a indústria e para o comércio e a revogação de privilégios e monopólios. Procuravam homens como Nabuco de Araujo, Souza Franco, Zacarias de Goes e Vasconcellos, Francisco José Furtado, Theophilo Benedicto Ottoni, Cunha Paranaguá e vários outros reagir contra a absorção monárquica, tentando estabelecer, com um regime de liberdade, melhor clima ao progresso nacional. Mas esse liberalismo já nos encontraria em posição altamente desfavorável na vida econômica internacional, expressa na dívida externa e na estrutura semi-colonial da nossa economia, e com a predominância, por isto mesmo, dos interesses rurais.” (BASTOS, 1952, p.76-77)

Assim, para Humberto Bastos a mentalidade industrial no Brasil estava em formação no final do século XIX, início do século XX. Esta mentalidade enfrentava interesses importantes, tanto internos quanto externos. O autor analisa o período inicial da República e todo debate entorno da adoção de medidas mais progressistas pelo governo. Para ele, nesse período o pensamento industrial iria ganhar importância, se consolidar e forçar os governos a adotar medidas conciliadoras de interesses divergentes diante das idéias industrialistas.

A partir daí, o autor procura mostrar como as transformações mundiais durante o século XX e o avanço da urbanização no Brasil irão contribuir para o desenvolvimento do capitalismo nacional. Assim, o autor apresenta a consolidação do pensamento industrial no país e a formação do capitalismo brasileiro. Para o autor, este pensamento já se fazia presente, mesmo que não dominante, desde o século XIX, tendo se consolidado a partir das primeiras

décadas do século XX, resultado das grandes transformações do Brasil e do cenário internacional.

Bastos conclui seu trabalho defendendo a idéia de que o capitalismo não é único e que não existe uma fórmula para se atingir o desenvolvimento e o progresso. Assim procura criticar àqueles que sempre defenderam idéias importadas, distantes da nossa realidade e ressaltar as idéias originais e preocupadas com o interesse nacional, com o desenvolvimento e melhor apropriação das riquezas. Para ele, “o nosso erro tem sido repetir axiomas estrangeiros e querê-la entre nós. Daí a ficção intelectual que se cria em relação ao Brasil em contraste com a sua realidade física.” (BASTOS, 1952, p.213)

Assim, o critério de seleção de pensadores utilizado por Humberto Bastos leva em conta a questão do industrialismo e da originalidade de idéias que procuraram interpretar a realidade brasileira a partir de suas especificidades, sem difundir acriticamente pensamentos importados, propondo medidas de superação dos problemas econômicos nacionais. Portanto, seu critério parece claro e nos remete ao período em que seu trabalho foi concebido. A década de 1950, marcada pelo segundo governo de Getúlio Vargas e pelo governo Juscelino Kubitschek, é, para muitos economistas e historiadores econômicos, o momento de consolidação da indústria nacional a partir da forte influência, gerenciamento e ação estatal.

Outro trabalho pioneiro é o de Paul Hugon, “A Economia Política no Brasil”⁶, originalmente publicado em 1955. Este texto é citado por grande parte dos trabalhos que abordam o pensamento econômico no Brasil durante o século XIX e o início do século XX. O autor divide o estudo em duas partes, de 1804 a 1930 e depois de 1930. Não há qualquer análise metodológica, contudo, em uma nota o autor sintetiza os objetivos do seu estudo: “Nessas páginas trataremos de economia política brasileira: a fim de poder estabelecer uma ligação entre o presente estudo especializado e as questões gerais relativas ao ensino e à cultura brasileira” (Hugon, 1994: 393).

O grande mérito do trabalho de Hugon é buscar analisar como a Economia Política foi introduzida no Brasil a partir do estudo do seu ensino nos cursos superiores no país. Para tanto, começa analisando a obra de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, e o seu pioneirismo a partir do seu “Princípios de Economia Política” de 1804 e de sua nomeação, por

⁶ Hugon, Paul. “A Economia Política no Brasil”, In: Azevedo, Fernando de (org.), “As Ciências no Brasil”, 2ª Ed., V.2., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

decreto real de D. João VI em 1808, para ministrar a disciplina de Economia Política, que seria instituída no Brasil a partir de então. Ademais, procura mostrar a influência de Adam Smith no pensamento de Cairu. Contudo, procura argumentar que ele não era um simples vulgarizador das idéias de Smith.

Hugon apresenta Cairu como um pensador que refletiu sobre a economia política a partir da realidade nacional. Ou seja, a partir da realidade brasileira, do seu passado colonial e da sua estrutura, evidentemente peculiar se comparada com a Inglaterra de Smith. Assim, apresenta Cairu como um defensor da indústria. Um liberal, mas antes de tudo, um nacionalista, comercialista e industrialista, um defensor da construção de uma economia nacional, que na opinião do autor, adiantou o essencial das idéias de List no importante “Sistema nacional de economia política”. Portanto, apresenta Cairu como responsável por elaborar uma doutrina especificamente brasileira:

“Existe, assim, nessa doutrina que nasce no Brasil nesse princípio de século, uma síntese de idéias tiradas do mercantilismo evoluído do fim do século XVIII e do liberalismo inglês, síntese realizada por Cairu exatamente no quadro das condições do meio brasileiro e de suas possibilidades de evolução.” (HUGON, 1994, p.347)

Ademais, Hugon procura analisar o ensino de economia política nas Faculdades de Direito, onde, segundo o autor, exclusivamente se ensinou a disciplina durante os anos de 1827 a 1863. Sua análise se preocupa em mostrar os autores abordados e discutidos no ensino da disciplina e argumenta que a mesma não teve influência única e exclusivamente da economia política inglesa.

O autor analisa ainda o ensino da disciplina na Escola Politécnica, iniciado a partir de 1869. Assim como no caso das Faculdades de Direito, procura apresentar os autores discutidos e apresentados nos cursos. Além disso, mostra como os responsáveis pela disciplina tiveram grande ligação com o poder público (José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, Aarão Reis, Vieira Souto) e como a disciplina estava voltada para a compreensão da situação da economia brasileira.

A partir da segunda parte, Hugon procura analisar a formação dos departamentos e cursos de economia, partindo da introdução da economia política no quadro das ciências sociais e a conseqüente independência da disciplina e a formação das Faculdades de Economia.

O trabalho de Paul Hugon tem grande mérito por seu pioneirismo e por apontar caminhos importantes. Por isso mesmo, é citado por quase todos os estudiosos sobre o pensamento econômico brasileiro. Notemos aqui, que o critério de seleção de pensadores adotado pelo autor, está diretamente ligado à introdução, difusão e o ensino de economia no país. Convém recorrer ao contexto histórico para entender que Paul Hugon fez parte do processo de constituição da Universidade de São Paulo. De origem francesa, assim como diversos outros professores, que na USP trabalharam (como Fernand Braudel, Francois Perroux e Michel Focault), Hugon era responsável pela cátedra de *Economia Política e História das Doutrinas Econômicas* na FFCL e participou ativamente da criação de um instituto na USP que se dedicasse exclusivamente ao ensino e pesquisa de economia, hoje representado pela FEA. Ou seja, o autor está diretamente ligado a questão do ensino de economia, da criação de um dos cursos de economia mais tradicionais do Brasil e do desenvolvimento de uma das mais importantes Universidades do país⁷.

Merecem destaque também os trabalhos de Heitor Ferreira Lima⁸. No livro “História do Pensamento Econômico no Brasil”, o autor procura abordar o tema fazendo uma reflexão inicial sobre as doutrinas econômicas e o pensamento econômico em Portugal. Para ele, houve certo atraso dos estudos econômicos no país, o que seria um reflexo do seu atraso econômico, resultado da dependência da economia colonial, do comércio exterior, que levou a uma estagnação da estrutura econômica, principalmente no campo, e um atraso em relação aos outros países europeus. Lima aponta também a influencia dos jesuítas em Portugal, como causa para o atraso nas reflexões filosóficas. Isso porque eles fecharam o país à renovação científica, processada pelo renascimento em toda a Europa. Este atraso na evolução econômica e no pensamento econômico em Portugal refletiria de forma importante no Brasil.

Em seguida, Lima apresenta os que para ele foram os primeiros economistas brasileiros. Analisando o período colonial, o autor procura argumentar que o predomínio quase que total da economia agrícola, da produção a partir do uso da terra, deram uma característica fisiocrática ao pensamento que se desenvolveu naquela época. Assim, apresenta figuras com Azeredo Coutinho, Manuel de Arruda Câmara, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, José Bonifácio de Andrada e Silva e André João Antonil. Comum a maioria deles o fato de

⁷ Ver Pinho, Diva Benevides. “Economia política e a História das doutrinas econômicas”, Estudos Avançados. vol.8 no.22 São Paulo Sept./Dec. 1994.

⁸ Lima, Heitor Ferreira. “História do Pensamento Econômico no Brasil”, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

estudarem em Portugal, a ligação com a escola fisiocrática lusitana, e o fato de terem vivido em um momento de consolidação da economia brasileira, o que permitiu o enraizamento da população. Isso para o autor fortaleceria o sentimento nacional no Brasil e conduziria muitos deles a estudar e pensar os problemas técnicos e econômicos brasileiros. Aos poucos esse sentimento nacional e a luta pelos interesses internos inaugurariam uma nova fase do pensamento econômico, “de profunda repercussão e de feições políticas e sociais, que acabaram desembocando na Independência, ou seja, na separação definitiva das duas nações” (Lima, 1976:69).

A seguir, o autor destaca a luta pela autonomia do Brasil. Relata a importância das transformações mundiais entre o final do século XVIII e início do XIX, as revoluções burguesas na Europa, a revolução industrial, a independência americana, o nascimento da Economia Política com Smith e Ricardo na Inglaterra e a fisiocracia francesa. No Brasil esse período se caracteriza pelo fim do regime colonial, nas palavras do autor, “no sentido do esgotamento de sua capacidade criadora”. Os movimentos questionadores da dominação política emergiam como consequência do desenvolvimento da colônia. Assim:

“A proporção que a situação da colônia se modificava completamente, em consequência do desenvolvimento que nela se operava, sua relação com a metrópole começara a se alterar, provocando mudanças de importância no pensamento econômico, dando-lhe um dinamismo que antes não possuía.” (LIMA, 1976, p.72)

Dentre esses movimentos, o autor destaca a Inconfidência Mineira. Além disso, dá destaque a influência inglesa nas idéias nacionais e, logo, a busca pela defesa de atividades manufatureiras. A transferência da corte para o país em 1808 é mais um episódio da crise do sistema colonial, da emergência e do crescimento do Brasil, que irão desaguar na Independência.

“Fortaleciam-se as classes comercial, burocrática e intelectual, dando lugar a outras elites sociais e econômicas, propiciando o surgimento de novos dirigentes para o país, completando-se assim a emancipação nacional” (LIMA, 1976, p.76).

Ademais o autor destaca a figura do Visconde Cairu. Concordando, citando e levantando as mesmas idéias de Paul Hugon, Heitor Ferreira Lima, apresenta Cairu como um pensador original, que retratou o Brasil a partir de suas especificidades, difundindo as idéias de Adam Smith, defendendo o liberalismo, mas condicionado aos interesses nacionais, portanto, nacionalista.

A partir daí, Heitor Ferreira Lima procura analisar a nova classe formada no Brasil que irá participar da Independência e comandará a nação a partir daí. Formada em sua grande maioria em Coimbra, tinha idéias liberais. Esse liberalismo se explicava pela conjuntura internacional, com os progressos nas ciências, a mundialização dos mercados, a defesa inglesa do livre mercado para seus produtos manufaturados.

Contudo, a apropriação do liberalismo no Brasil teve suas incoerências e peculiaridades. Se na Europa, a ideologia liberal justificou e embasou revoluções democrático-burguesas, na América Latina serviu para justificar a independência política. No Brasil, o liberalismo foi a ideologia dos comerciantes, latifundiários e escravistas. Há uma profunda incoerência de princípios. Na Europa, a luta da burguesia contra a nobreza feudal, pelo industrialismo, no Brasil a luta é dos latifundiários e escravistas contra a opressão da metrópole, pelo livre comércio.

É justamente entorno destas questões que se desenvolverá o debate econômico durante o primeiro reinado para Heitor Ferreira Lima. Explorando os debates parlamentares e os discursos de importantes personalidades políticas da época como Clemente Pereira, Campos Vergueiro, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Lino Coutinho. Muitos deles ocuparam o ministério da Fazenda e suas idéias caracterizavam as visões econômicas dominantes naquele momento. A maioria deles defendia o livre-cambismo, a exportação de nossos produtos agrícolas e a importação de produtos manufaturados. Ou seja, “defendeu abertamente fazendeiros exportadores de gêneros agrícolas e o grande comércio importador de produtos industrializados, isto é, defendeu interesses das duas classes de maior peso em nossa economia e as de maiores atividades”. (LIMA, 1976, p.89)

Já a indústria não merecia muitas atenções governamentais. Não havia interesse pelo seu progresso. O interesse ligado a terra e ao comércio somado à ideologia liberal de especialização produtiva, sepultava qualquer interesse ligado ao desenvolvimento da indústria. Para Lima, enquanto os Estados Unidos ampliavam suas fronteiras, conquistavam territórios, dividindo as terras, criando pequenas propriedades agrícolas e assim fomentando o nascimento e o crescimento contínuo de um mercado interno, que se beneficiava a imigração e fomentava o surgimento de indústrias, o Brasil ia pelo caminho do latifúndio e dos interesses das poucas classes dominantes.

O livro de Heitor Ferreira Lima é muito interessante e lança questões importantes sobre a formação nacional. Após apresentar o debate econômico durante o primeiro reinado, o autor irá discutir as idéias econômicas durante o segundo reinado e o final do século XIX, dando ênfase ao debate entre metalistas e papelistas, às crises econômicas do segundo reinado, ao pensamento de figuras importantes como Mauá, Rui Barbosa, Joaquim Murтинho e Roberto Simonsen. Mais a frente, discutiremos mais aprofundadamente estas idéias e pensadores. Alguns deles foram retratados pelo próprio autor em outro livro importante⁹.

Por enquanto, é importante pra nós ressaltar pontos importantes do trabalho de Heitor Ferreira Lima. Primeiramente, cabe ressaltar a opção metodológica do autor que não reduziu a História do Pensamento Econômico a simples apresentação de idéias de pensadores que ele considera mais importantes. Ao contrário, o autor buscou um trabalho de síntese, onde intercala a história dos acontecimentos com a história das idéias e a relação entre elas. Ademais, cabe ressaltar a sua escolha por retratar o pensamento econômico no Brasil desde os tempos coloniais e como esse período, assim como as raízes portuguesas influenciaram na formação das idéias econômicas no Brasil. Mais ainda, cabe observar o critério de escolha dos pensadores e figuras mais importantes a serem retratados: quase todos são homens da política, ligados ao poder, aos governos. Mais do que isso, eles se apropriam das teorias econômicas sempre a partir dos interesses que os movem. Sejam eles interesses ligados às peculiaridades brasileiras, sejam eles ligados aos interesses das elites brasileiras. Assim, o pensamento econômico no Brasil surge para dar sentido e justificar as ações políticas.

Outro trabalho importante e que segue a mesma linha de Paul Hugon é o de Dorival Teixeira Vieira¹⁰, “A História da Ciência Econômica no Brasil”¹¹. Neste texto, o autor discute a formação do pensamento econômico brasileiro, apresentando as principais influências a partir do ensino de Economia, primeiro nas Faculdades de Direito e Engenharia, posteriormente nas Ciências Sociais e depois, com a formação dos cursos de Economia, nas Faculdades e Departamentos de Economia. Interessante na análise é perceber como a disciplina se desenvolveu no país. Um dos argumentos é que por ter se desenvolvido em

⁹ Lima, Heitor, Ferreira. “3 Industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen”, São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

¹⁰ Dorival Teixeira Vieira foi um dos primeiros assistentes de Paul Hugon na cadeira de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas na criação da Faculdade de Economia na USP. Ver Pinho, Diva Benevides, Op. Cit.

¹¹ Vieira, Dorival Teixeira. “A História da Ciência Econômica no Brasil”, In: Ferri, Mário Guimarães & Motoyama, Shozo. (coordenadores). “História das Ciências no Brasil”, São Paulo: EPU: Edusp, 1979-1981.

Faculdades de Direito e Engenharia, teve sempre um caráter mais doutrinário, voltado à ação, às medidas políticas e ao desenvolvimento dos problemas econômicos nacionais. Assim, no Brasil, “não havia o ensino de Ciência Econômica, mas sim de Doutrinas Econômicas, mais ao sabor dos individualismos e das polêmicas, tão do grado da cultura brasileira durante os séculos XIX e XX”. (VIEIRA, 1981, p.355)

Os trabalhos citados e discutidos até agora apresentam as idéias econômicas no Brasil desde o século XIX, quando ainda eram incipientes e muito ligadas às visões e interesses políticos. São trabalhos antigos e até certo ponto datados, mas que tem o grande mérito de oferecem sínteses importantes e apresentarem idéias a serem trabalhadas e discutidas. A evolução das pesquisas na área de História do Pensamento Econômico caminhou no sentido de estudos sobre personagens específicos. Tais trabalhos são fundamentais e serão discutidos mais à frente.

Outras pesquisas na área de História do Pensamento Econômico brasileiro focaram-se em um período específico, de consolidação da própria Ciência Econômica no Brasil, da industrialização e do capitalismo brasileiro. São trabalhos que se concentraram na análise e discussão da produção intelectual, prática e acadêmica do período pós 1930, quando as reflexões sobre o Brasil visavam entender a sua situação econômica e propunham medidas para o seu desenvolvimento.

Podemos destacar, primeiramente, os trabalhos de Ricardo Bielschowsky e Guido Mantega¹². Os dois trabalhos clássicos são da década de 1980 e apesar de partirem de metodologias diferentes, concentram suas análises e discussões em torno da temática do pensamento desenvolvimentista no Brasil. Assim, centram suas pesquisas em mostrar como autores e pensadores encaravam e interpretavam os problemas do Brasil e os meios possíveis para o país se desenvolver.

Em “A Economia Política Brasileira”, Guido Mantega procura identificar como se formou e estruturou nossa economia política. Logo na introdução, Mantega identifica “Formação Econômica do Brasil”, de Celso Furtado, como a obra fundante da economia política brasileira. Antes, para ele, as análises se encontravam de forma parcial e

¹² Bielschowsky, Ricardo. “Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo”, Rio de Janeiro: Contraponto, 2004; Mantega, Guido. “A economia política brasileira”, São Paulo/Petrópolis: Vozes, 1985.

fragmentadas, o trabalho de Furtado, segundo o autor, era o primeiro trabalho de fôlego, estruturado a partir de um sólido arcabouço teórico, que organiza e procura compreender a dinâmica econômica brasileira. A partir desta obra, para Mantega, o pensamento econômico brasileiro se consolidou e passou a formar modelos analíticos. Assim, o autor pretende com a obra analisar a formação destes modelos, suas origens teóricas, fontes de inspiração, hipóteses básicas e proposições fundamentais. Assim, “trata-se, portanto, da reconstituição crítica das trajetórias teóricas das principais correntes analíticas afins, que vão formar, no meu entender, uma Economia Política Brasileira.” (MANTEGA, 1984, p.18).

Para Mantega, o pensamento econômico brasileiro formou-se ao longo do anos de 1950 e 1960, a partir da consolidação dos processos de urbanização e industrialização do Brasil, ou seja, a partir da consolidação do capitalismo. Processo que desencadeou interpretações sobre o subdesenvolvimento brasileiro e os meios para superá-lo. Assim, através da influência seja da teoria econômica clássica, keynesiana ou marxista, nascem diversas interpretações da realidade brasileira. Contudo, o essencial e o que tornou possível se falar em uma Economia Política Brasileira, foram a criatividade e a originalidade das contribuições e suas preocupações com as peculiaridades históricas brasileiras. Assim, tais interpretações e visões teóricas tornaram relevante e fundamental em suas estruturas a formação econômica e capitalista brasileira, ou seja, como as relações capitalistas ou o modo de produção capitalista se desenvolveu no país.

Assim, o autor analisa o pensamento econômico brasileiro entre as décadas de 1950 e 1970 e o divide em correntes de pensamento, que construíram quatro modelos analíticos, quais são: Modelo de Substituição de Importações, Modelo Democrático-Burguês, Modelos de Subdesenvolvimento Capitalista e Modelo Brasileiro de Desenvolvimento. O primeiro modelo é oriundo das interpretações de Celso Furtado, Ignácio Rangel e Maria da Conceição Tavares, sendo herdeiro das idéias da Cepal e de figuras como Raul Prebisch, Ragnar Nurkse, H. W. Singer e Gunnar Myrdal. O segundo modelo, é oriundo das interpretações dos teóricos do Partido Comunista Brasileiro e sistematizado por Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, com inspiração das análises de Lenin e retomando as teses da III Internacional para os países atrasados. O terceiro modelo advém dos trabalhos de André Gunter Frank, Caio Prado Jr. e Rui Mauro Marini, baseado no marxismo norte-americano de Paul Baran e Paul Sweezy, sob influência da Teoria da Revolução Permanente de Trotsky e das teses da IV

Internacional. O quarto modelo, de expoentes como Roberto Campos e Mario Henrique Simonsen, tem inspiração conservadora se opõe aos demais de inspiração crítica ou mais à “esquerda”, foi colocado em prática a partir do Golpe de 1964 aliando a adaptação dos princípios neoclássicos liberais à necessidade de grande intervenção do Estado na economia, através da criação de empresas estatais e na regulação da força de trabalho, potencializando os lucros através da deteriorização salarial.

Não é nosso intuito analisar profundamente o trabalho e os modelos propostos por Mantega. Contudo, no que interessa na nossa discussão, o autor procura apresentar os modelos a partir da idéia de que todos partiram de teorias econômicas disponíveis, aplicando-as a formação social brasileira. Ou seja, são modelos que adaptaram formulações teóricas à realidade brasileira, ou seja, à realidade de um capitalismo retardatário e subdesenvolvido. Essa adaptação confere à eles originalidade, segundo Mantega.

Desta forma, os modelos analíticos propostos seriam criativos e originais ao adaptarem teorias já existentes e isso garantiria a eles a alcunha de formadores da Economia Política brasileira. Note-se que o autor procura fugir de questões metodológicas mais complexas a respeito da definição de pensamento econômico.

Já o trabalho de Ricardo Bielschowsky, “Pensamento Econômico Brasileiro”, adota uma metodologia inspirada em Schumpeter. O autor organiza seu livro a partir da noção de ciclo ideológico, baseado nas noções schumpeterianas de história do pensamento econômico e história dos sistemas de economia política. Para ele, assim como para Schumpeter, a idéia de pensamento econômico estaria ligado a um conjunto de opiniões, posições ou interpretações relativas à política econômica. Ou seja, diferente da idéia de Análise Econômica. Assim, não haveria no país a possibilidade de se escrever uma História da Análise Econômica, dada a ausência de produção teórica e analítica. Para o autor, no Brasil os economistas estavam mais interessados e envolvidos com questões práticas, ligadas diretamente aos dilemas nacionais e à política econômica que os resolveria, ao invés das questões propriamente e puramente teóricas. Dessa forma, a reflexão sobre a economia brasileira nos leva a um debate não teórico, mais prático e historicamente determinado. Deste modo, “a dimensão histórica do pensamento econômico e não seu conteúdo analítico, transformam-se, necessariamente, na linha-mestra de nosso estudo” (BIELSCHOWSKY, 2004, p.6).

Assim, o pensamento econômico analisado tem por núcleo a idéia de desenvolvimentismo. Logo, Bielschowsky analisa o que ele definiu como ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Ou seja, sua formação, consolidação, auge e crise. Portanto, trata-se também de um trabalho voltado para relação entre o pensamento desenvolvimentista e o desenvolvimento econômico brasileiro, a industrialização.

Assim sendo, o autor define o conceito chave que organiza sua análise, o desenvolvimentismo como “a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico” composto do projeto da industrialização, com a participação efetiva do Estado seja planejando ou promovendo investimentos, uma vez que o mercado seria incapaz de promovê-la. Esse seria o caminho para a superação da pobreza e do subdesenvolvimento.

Portanto, o trabalho de Bielschowsky a partir da idéia geral do desenvolvimentismo, organiza o pensamento econômico brasileiro entre 1945 e 1964 em correntes, quais sejam, neo-liberal, desenvolvimentista e socialista, além de apresentar o pensamento independente de Inácio Rangel.

A corrente neoliberal teria uma vocação neoclássica, liberal, contra a atuação do Estado na economia, favorável ao equilíbrio monetário e financeiro que combatesse a inflação e defensora da vocação agrária brasileira e, portanto, contrária a idéia de indução da industrialização através do incentivo estatal. Seus principais representantes eram Eugenio Gudín, Otávio Gouvêa de Bulhões, Dênio Nogueira e Daniel de Carvalho.

Já a corrente desenvolvimentista se dividiria em três outras correntes: desenvolvimentista no setor público não nacionalista, desenvolvimentismo no setor público nacionalista e desenvolvimentismo no setor privado. A corrente não nacionalista era representada por Roberto Campos, Lucas Lopes, Ary Torres e Glycon de Paiva e defendia a participação do capital estrangeiro na industrialização, uma atuação parcial do Estado na economia através do planejamento e a favor de políticas estabilizadoras que combatessem a inflação. A corrente nacionalista representada por Celso Furtado, Rômulo de Almeida, Américo Oliveira, Evaldo Lima e Roberto Simonsen, tinha influencia cepalina, acreditava no planejamento e atuação estatal para promover a industrialização, acreditava que a inflação era um fenômeno estrutural que deveria ser combatido através das políticas de desenvolvimento e

se portava favorável a reforma agrária. Por fim, os principais expoentes da corrente desenvolvimentista no setor privado eram Roberto Simonsen, João Paulo de Almeida Magalhães e Nuno Figueiredo e acreditavam que a industrialização deveria ser pautada pela proteção do Estado ao capital industrial nacional.

A corrente socialista organizava-se a partir do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do ISEB e tinha como representantes Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães e Aristóteles Moura. Inspirados pelo materialismo histórico, acreditavam que o desenvolvimento capitalista era uma necessidade para a viabilização do socialismo. Deste modo, defendiam uma industrialização planejada e ancorada em bases nacionais e a reforma agrária, para assim romper com a dominação imperialista e com concentração da renda e da terra, que impediam o país de crescer e se desenvolver.

Desde modo, Bielschowsky procura organizar o pensamento econômico brasileiro e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo, que para ele teve seu nascimento entre 1930 e 1945, sua maturação entre 1945 e 1955, seu auge entre 1955 e 1960 e sua crise entre 1960-1964.

Tanto Bielschowsky quanto Mantega trabalham com critérios de seleção parecidos e organizam o pensamento econômico brasileiro em torno do debate a respeito do subdesenvolvimento e do desenvolvimento econômico. Contudo, a forma como apresentaram e expuseram suas idéias é diferente, como verificamos anteriormente.

A questão metodológica é um aspecto fundamental a todos os trabalhos que pretendem abordar a História do Pensamento Econômico Brasileiro. A questão sobre o que é e como expor o pensamento econômico brasileiro não é trivial e por isso sua discussão é difícil. São poucas as obras a respeito do tema e nem sempre as mesmas se preocupam em responder tais questões.

Um trabalho importante foi o organizado por Maria Rita Loureiro¹³. Oriundo de um Seminário organizado na USP, o trabalho toma como base a criação do curso de economia no Brasil e o desenvolvimento das instituições de pesquisa, dos departamentos de economia e dos cursos de graduação e pós graduação no país. Assim, a obra procura sintetizar e apresentar um balanço a respeito do pensamento econômico brasileiro através de textos de

¹³ Loureiro, Maria Rita (org.). “50 anos de Ciência Econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos”, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

Luis Carlos Bresser Pereira, que reflete sobre as interpretações sobre o Brasil, discutindo as principais interpretações sobre a formação social e econômica brasileira, de Guido Mantega e Ricardo Bielschowsky, que apresentam sínteses de seus trabalhos já citados acima, além de um texto de Leda Paulani sobre a Teoria da Inflação inercial. Além disso, são discutidas as instituições de ensino e pesquisa em economia, desde o seu início, bem como o rumo que tomaram ao longo dos anos. É um trabalho importante pois reúne depoimentos de vários dos principais economistas do país.

Recentemente, o livro “Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo”, organizado por Tamás Szmrecsányi e Francisco da Silva Coelho¹⁴, procurou realizar um trabalho de síntese do pensamento econômico brasileiro contemporâneo. Nota-se pelos textos e pela organização da obra a opção por abordar tema de forma abrangente e sob vários aspectos. Por um lado, adotou a contemporaneidade como critério para trabalhar com pensadores do século XX. Por outro, abordou o tema tanto do ponto de vista individual, selecionando e apresentando a idéia dos pensadores individualmente, como procurou abordar o desenvolvimento da ciência econômica nas Universidades com a formação dos cursos de graduação e pós-graduação em economia nos principais centros do país, bem como as influências teóricas que pensamento econômico brasileiro sofreu e os principais temas abordados e debatidos pelos economistas brasileiros. Ao final temos um trabalho ousado, de grande valor, exposto em 32 capítulos e envolvendo 35 economistas de diversas áreas e centros do país.

Um trabalho recente e que procura discutir questões metodológicas a respeito da História do Pensamento Econômico Brasileiro é o do grupo de pesquisa coordenado por Maria de Mello Malta¹⁵. Para eles, a questão metodológica é um problema para se estudar o tema no período recente. De um lado a influência dos trabalhos de Mantega e Bielschowsky, de outro o desenvolvimento dos departamentos, centros de pesquisa e pós-graduação em economia, que permitiram a entrada das discussões econômicas nos campos acadêmicos e teóricos. Assim não é mais possível retratar o pensamento a partir apenas das suas contribuições práticas e interpretativas da teoria econômica convencional com vistas à um fim

¹⁴ Szmrecsányi, Tamás & Coelho, Francisco da Silva (Orgs.). “Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo”, São Paulo: Atlas, 2007.

¹⁵ Malta, Maria Mello de e outros. “A história do pensamento econômico brasileiro entre 1864 e 1989: um método para discussão”. In: XV Encontro Nacional de Economia Política, 2010, São Luis do Maranhão. Anais do XV Encontro de Economia Política, 2010.

específico de política econômica como fizeram Mantega e Bielschowsky para o período de 1930 a 1964.

Desta forma, incorporando uma produção acadêmica e teórica em desenvolvimento no país a partir da década de 1960, o grupo pretende estudar o pensamento econômico no período que Bielschowsky caracterizou como de crise do pensamento desenvolvimentista. Assim, caminha para um caminho semelhante ao do autor, tentando avançar sua proposta a um período contemporâneo. Assim, acrescenta novos argumentos metodológicos, mas não se afasta muito do que o autor e também Mantega discutiram. Ou seja, o pensamento econômico a partir da idéia unificadora do debate entorno do desenvolvimento. Certamente é difícil se livrar desta questão, que é central em qualquer discussão a respeito do país, seja em economia ou em qualquer outra ciência social. Trata-se, portanto, de um esforço de reflexão metodológico, anterior a qualquer estudo sobre História do Pensamento Econômico, que procurar apresentar uma escolha de autores e temas, bem como um critério de escolha dos mesmos.

Assim, é preciso sempre reafirmar a necessidade da discussão metodológica em torno da História do Pensamento Econômico. Ao final desta breve reflexão podemos reforçar a idéia de que é preciso e necessário considerar o pensamento e a teoria econômica de maneira ampla, reconhecendo a relação das idéias com o contexto e a realidade histórica em que estão inseridas. Deste modo, a reflexão sobre a História do Pensamento Econômico no Brasil não pode, nem deve ser feita distante da reflexão histórica, o que dá a ela sentido e importância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arida, Pérsio. “A história do pensamento econômico como teoria e retórica”, In: Rêgo, J.M. e Gala, P. (orgs.). “A História do Pensamento Econômico como teoria e retórica: ensaios sobre metodologia em Economia”. São Paulo: Ed. 34, 2003.

Bastos, Humberto. “O Pensamento Industrial no Brasil”, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952.

Bianchi, Ana Maria. “A pré-história da economia”. São Paulo: Hucitec, 1988.

Bielschowsky, Ricardo. “Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo”, Rio de Janeiro: Contraponto, 2004;

Blaug, Mark. "On the Historiography of Economics", *Journal of the History of Economic Thought*, 12, 1990.

Blaug, Mark. “No History of Ideas, Please, We're Economists”, *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 15, No. 1, 2001.

Blaug, Mark. “Economic theory in retrospect”, 3. ed. Cambridge; London: Cambridge University, 1983.

Hugon, Paul. “A Economia Política no Brasil”, In: Azevedo, Fernando de (org.), “As Ciências no Brasil”, 2ª Ed., V.2., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

Lima, Heitor Ferreira. “História do Pensamento Econômico no Brasil”, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

Lima, Heitor, Ferreira. “3 Industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen”, São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

Loureiro, Maria Rita (org.). “50 anos de Ciência Econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos”, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

Malta, Maria Mello de e outros. “A história do pensamento econômico brasileiro entre 1864 e 1989: um método para discussão”. In: XV Encontro Nacional de Economia Política, 2010, São Luis do Maranhão. Anais do XV Encontro de Economia Política, 2010.

Mantega, Guido. “A economia política brasileira”, São Paulo/Petrópolis: Vozes, 1985.

Pinho, Diva Benevides. “Economia política e a História das doutrinas econômicas”, Estudos Avançados. vol.8 no.22 São Paulo Sept./Dec. 1994.

Schumpeter, Joseph “História da Análise Econômica”, 1º Volume, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

Szmrecsányi, Tamás & Coelho, Francisco da Silva (Orgs.). “Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo”, São Paulo: Atlas, 2007.

Vieira, Dorival Teixeira. “A História da Ciência Econômica no Brasil”, In: Ferri, Mário Guimarães & Motoyama, Shozo. (coordenadores). “História das Ciências no Brasil”, São Paulo: EPU: Edusp, 1979-1981.